



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CONSELHO ESTADUAL DE CONTROLE INTERNO - CECI

1 **Ata da 5ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Controle Interno –**
2 **CECI.**

3 **Data:** 23 de julho de 2014, às 14h00.

4 **Local:** Sala de reuniões da Secretaria de Estado de Controle e Transparência,
5 situada na Av. Governador Bley, 236, Ed. Fábio Ruschi, 8º andar, Centro,
6 Vitória.

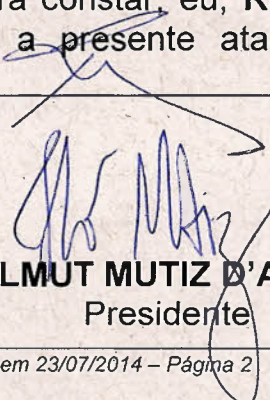
7 Aos vinte e três dias do mês de julho de dois mil e quatorze, às quatorze horas,
8 reuniu-se o CONSELHO ESTADUAL DE CONTROLE INTERNO – CECI, sob a
9 Presidência de Sr. **HELMUT MUTIZ D'AUVILA**, Secretário de Estado de
10 Controle e Transparência, secretariada pelo servidor **RICARDO MONTEIRO**
11 **OLIVEIRA**, com a presença dos representantes dos órgãos participantes:
12 Terezinha Espíndula Travassos Neves (membro titular do Ministério Público do
13 Estado do Espírito Santo - MPES), Lícia Mara Vasconcelos de Souza (membro
14 suplente do Ministério Público do Estado do Espírito Santo - MPES), Maria
15 Helena Costa Signorelli (membro suplente do Tribunal de Contas do Estado do
16 Espírito Santo - TCEES), Simone Caliman Rangel (membro suplente do Tribunal
17 de Justiça do Estado do Espírito Santo - TJES) e Rodrigo de Paula Lima
18 (membro titular da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo - DPES). **I.** O
19 Presidente declarou aberta a Sessão. **II.** Na ordem do dia, foi feita a
20 apresentação do novo membro do conselho, o Sr. Rodrigo de Paula Lima,
21 representante da DPES. Na sequência, foi informada a pauta da reunião. **III.** Em
22 seguida, foi franqueada a palavra à Representante do TCEES, que se colocou à
23 disposição dos membros do Conselho para registrar as dúvidas do grupo sobre
24 a IN TCE nº28, informando que irá verificar a possibilidade de agendar uma
25 reunião técnica para tratar do assunto. Segundo ela, o TCEES está fazendo uma
26 série de reuniões com seus jurisdicionados com a finalidade de orientá-los sobre
27 a supramencionada Instrução Normativa. Neste sentido, informou que em
28 conversa com o Secretário Geral de Controle Externo do TCEES, foi aventada a
29 possibilidade de fazer um módulo de treinamento para os órgãos membros do
30 CECI. Para isso, seria necessário que o Presidente do CECI e Secretário de
31 Estado de Controle e Transparência encaminhasse um ofício ao Presidente do
32 TCEES solicitando capacitação para os técnicos dos órgãos membros do CECI.
33 Nesta oportunidade, a representante do MPES registrou a primeira dúvida, que
34 diz respeito aos critérios que deverão ser utilizados no processo de avaliação do
35 Controle Interno na elaboração do Relatório Conclusivo dos Ordenadores de
36 Despesas. Neste caso, o Sr. Frederico, Contador do TJES, informou que cada
37 ponto de controle deve ser suportado por uma auditoria ou outro processo de
38 avaliação (relatório, manifestação, etc.). A representante do TJES informou
39 também que, com base nas orientações do Conselho Nacional de Justiça - CNJ,
40 a forma de atuação daquela Corte é por fiscalização, inspeção administrativa ou
41 auditoria. Em seguida, o TJES questionou se haverá alguma alteração na IN
42 TCEES Nº 28. A resposta do TCEES foi no sentido de que não há previsão de
43 mudança, nem de prorrogação de prazo. O MPES afirmou que está tendo
44 dificuldade em realizar o acompanhamento previsto na Instrução Normativa
45 porque sua equipe não foi devidamente treinada no SIGEFES. Diante do

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'f', 'm', and 'aw'.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CONSELHO ESTADUAL DE CONTROLE INTERNO - CECI

46 exposto, a SECONT se comprometeu a verificar junto à Secretaria de Estado da
47 Fazenda - SEFAZ a possibilidade de criar uma turma para treinamento no
48 SIGEFES voltado para a avaliação do controle interno com a finalidade de
49 capacitar os técnicos dos órgãos membros do CECI. Caso não seja possível, irá
50 verificar se a Coordenadora de Contas de Governo – CGOV da SECONT
51 poderia fazer uma apresentação sobre o tema. Em seguida, o TJES informou
52 que como participou do projeto piloto de implantação do SIGEFES, a experiência
53 obtida fez com que seus técnicos não tenham muita dificuldade em acessar os
54 relatórios criados por terceiros. Por outro lado, o técnico relatou que tem
55 dificuldades na criação dos próprios relatórios via FLEX VISIO, algo essencial
56 para o acompanhamento. Neste ponto, a SECONT informou que um auditor da
57 CGOV está sendo treinado para criar os relatórios no FLEX VISIO e que, se
58 necessário, poderia repassar o conhecimento aos técnicos dos órgãos membros
59 do CECI. Em seguida, o MPES questionou o art. 223 da Lei Orgânica do
60 TCEES, que determina que os processos de admissão e aposentadoria deverão
61 ser avaliados pelo Controle Interno. Nesse sentido, o TJES informou que por um
62 tempo emitiu parecer em processos de admissão, chegando a avaliar cerca de
63 100 processos. Também realizou auditoria em processos de admissão, forma
64 que considerou mais adequada para atender ao TCEES, mas compatível com o
65 número de técnicos de controle interno disponíveis. O MPES informou, também,
66 que fez análise dos processos de admissão. **IV.** Dando prosseguimento à
67 reunião, o Secretário Executivo do CECI solicitou aos presentes sugestões de
68 temas a serem tratados na próxima reunião ordinária do Conselho e lembrou
69 que uma demanda anterior foi a regulamentação da Lei de Responsabilização
70 da Pessoa Jurídica. Em relação a isso, o Presidente do Conselho informou que
71 até o momento a União ainda não regulamentou a lei, que foi submetida ao
72 Congresso Nacional. Como a SECONT aguarda esta regulamentação para
73 regulamentar a Lei Estadual, talvez isso ainda demore no âmbito do Estado. De
74 qualquer maneira, caso na União demore demais, a SECONT irá avaliar a
75 possibilidade de elaborar, como já foi feito por outros Estados, a minuta de
76 regulamentação para apreciação da Governadoria. **V.** Franqueada a palavra ao
77 Secretário Executivo do CECI, foi apresentada, aprovada e assinada a Ata da 4ª
78 Reunião Ordinária pelos membros. **VI.** Em seguida, foi feita a leitura, aprovação e
79 entrega de uma via da Nota NDR nº 002/2014, referente à reunião sobre Transparência
80 na LRF, realizada em 26/06/2014. **VII.** Encerramento: Esgotada a pauta, o
81 Presidente agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a sessão, às
82 dezesseis horas, do que, para constar, eu, **RICARDO MONTEIRO OLIVEIRA**,
83 Secretário Executivo, lavrei a presente ata que, depois de conferida, vai
84 assinada por mim _____, pelo Senhor Presidente
85 e pelos demais presentes.


HELMUT MUTIZ D'AUVILA
Presidente



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CONSELHO ESTADUAL DE CONTROLE INTERNO - CECI

91
92
93
94
95
96
97
98
99
100
101
102
103
104
105
106
107
108
109

Lícia Mara Vasconcelos de Souza
LÍCIA MARA VASCONCELOS DE SOUZA
Representante MPES

Terezinha Espíndula Travassos Neves
TEREZINHA ESPÍNDULA TRAVASSOS NEVES
Representante MPES

Maria Helena Costa Signorelli
MARIA HELENA COSTA SIGNORELLI
Representante TCEES

Simone Galiman Rangel
SIMONE GALIMAN RANGEL
Representante TJES

Rodrigo de Paula Lima
RODRIGO DE PAULA LIMA
Representante DPES